

Desembargadora Joeci Machado Camargo

Vinda de Ponta Grossa, a Desembargadora Joeci Machado Camargo chegou ao Juizado de Curitiba antes da Lei 9.099/95, era o chamado Juizado Especial de Pequenas Causas. “Em virtude do bom trabalho que desenvolvi em Ponta Grossa, no começo de 1995, fui convidada pelo Supervisor da época para ajudar a reestruturar o Pequenas Causas de Curitiba. A sede ainda era na Rua Alberto Foloni, mas já haviam tratativas para que o Juizado mudasse de endereço, para a Rua Fernando Amaro. Além disso, com a nova Lei, teríamos que implantar os Juizados Especiais Cível e Criminal”, recorda a Desembargadora.

Inicialmente, ainda como juíza, a magistrada foi encaminhada para a parte de execução. Lá ela se deparou com a desorganização dos processos demandando mais de dois meses reorganizando a secretaria até mudar novamente de função. “Na época o Juiz Supervisor do Juizado foi promovido e eu tive que assumir a função, no entanto, não havia outro magistrado para auxiliar nos ajustes necessários e indispensáveis para a agilização jurisdicional”, conta a desembargadora.

Diante da mudança de endereço, que estava prestes a acontecer, suas primeiras decisões à frente do Juizado de Pequenas Causas de Curitiba foram tomadas no sentido de preservar a população. “A minha maior preocupação era promover as alterações necessárias sem prejuízo no atendimento à população. Como todas as partes já estavam intimadas para audiências na sede da Rua Alberto Foloni, a alteração de endereço para a Rua Fernando Amaro poderia acarretar prejuízo. Para evitar a remarcação de audiências decidi aproveitar as mesmas intimações, entretanto, faltava um meio para levar as pessoas para o novo endereço. Fui até à Assembleia e pedi dois ônibus que seriam usados todas as terças e quintas-feiras para transportar as partes. O trabalho foi feito com tranquilidade, todos que tinham audiências marcadas para a Alberto Foloni eram conduzidos para o novo endereço, sem qualquer tumulto. Me recorro das dificuldades da época para fazer a mudança de um lugar para o outro, realizada por mim e alguns servidores, desde carregar mesas e cadeiras, lavar os espaços, varrer e juntar o lixo, embelezamento, entre outros, simplesmente porque não tínhamos quem fizesse”.

Além de todo esse trabalho de organização e reestruturação, a Desembargadora ainda indicou uma lista de juizes que vieram a integrar o novo sistema, e também organizou um grande evento para marcar a inauguração dos Juizados Especiais em Curitiba. No entanto, depois de passado o evento ela acabou removida para a Vara Cível e em seguida para a Vara da Família. Foram cerca de 7 meses de desempenho dentro do Juizado, tempo suficiente para marcar sua vida profissional. “Nesse tempo de transição eu consegui reduzir a pauta do Juizado de dois anos para seis meses. Fiz pessoalmente várias audiências, era um trabalho que começava às 8 horas da manhã e terminava perto de meia-noite, era dedicação exclusiva porque eu tinha um compromisso para que tudo desse certo”, destaca.

Fora do Juizado a Desembargadora ainda permaneceu trabalhando com princípios semelhantes aos dos Juizados criando e instalando o Projeto Justiça no Bairro, onde

permanece atuando. 20 anos depois, ela ainda acredita que os princípios do Juizado são determinantes. “Penso que o Juizado foi a grande iniciativa para modificação de tudo. Houve uma grande resistência. Achavam que os Juizados retratavam uma justiça de segunda categoria, e na verdade é a Justiça do Povo. A partir dele tudo se transformou, surgiram novas ideias, instalou-se uma mudança de comportamento para uma justiça mais célere permeada na simplicidade. Hoje a essência dos juizados precisa ser reavaliada a evitar a burocratização”.